

Nordeste Brasileiro: Estrutura econômica desigual e possibilidades de desenvolvimento abertas pela aproximação com a China ¹

Iago Nunes da Silva²

Resumo:

Este artigo busca compreender a formação da estrutura econômica nordestina, demonstrando suas fragilidades e sua dependência em relação ao Sudeste e ao Sul do país, assim como os efeitos sociais para uma região com a segunda maior população do Brasil. A abordagem é teórica histórica, incluindo, em diferentes períodos, as dimensões políticas e econômicas. Há atenção aos planos de desenvolvimento industrial que aprofundaram cada vez mais a concentração industrial e de investimentos federais nas regiões Sudeste e Sul do país. Com base nesta abordagem, há uma discussão sobre o impacto do aprofundamento das relações comerciais com a China e as oportunidades que daí surgem para a região.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Econômico do Nordeste; Nordeste e China; Brasil e Rota da Seda.

Abstract:

This article seeks to understand the formation of the Northeastern economic structure, demonstrating its weaknesses and its dependence on the Southeast and South of the country, as well as the social effects for a region with the second largest population in Brazil. The approach is historical theoretical, including, in different periods, the political and economic dimensions. Attention is paid to industrial development plans that have increasingly deepened industrial concentration and federal investment in the Southeast and South regions of the country. Based on this approach, there is a discussion about the impact of deepening trade relations with China and the opportunities that arise for the region.

¹ Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Niemeyer Almeida.

² Discente em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

Keywords: Economic Development of the Northeast; Northeast and China; Brazil and the Silk Road.

Introdução

O meu interesse sobre a questão econômica e social da região Nordeste do Brasil surge com minha própria existência no mundo. Indígena urbano, nascido e criado na periferia da capital do Ceará, cercado por questionamentos sobre a história de minha família e sobre o “porquê” de sermos pobres e impossibilitados de almejar oportunidades de emprego e estudos que nos fizesse o que cresci vendo na televisão.

Meu ingresso no curso de Relações Internacionais em Uberlândia, num estado considerado importante para o país -Minas Gerais-, me fez perceber que poderia alcançar mais do que me foi destinado. Ao aprofundar meus estudos no tema da dependência econômica mundial, percebi que a realidade econômica e social de Povos são reflexos de escolhas políticas e econômicas. Eu estava, pela primeira vez, num lugar central onde estavam os atores dessas escolhas. Consegui perceber muitas das respostas às minhas perguntas de infância. Ao estudar mais as relações entre países do chamado Sul-Sul, percebi a China como uma potência em ascensão com potencial de mudar o status quo mundial. Cabe aos governos nacionais, usar essa informação de forma realista e a se adaptarem a ela, realizando suas melhores escolhas. Por isso, acredito que as portas para o desenvolvimento nordestino podem estar ligadas à ascensão chinesa na economia mundial.

Claro que o interesse pelo estudo do Nordeste não se sustenta apenas no meu interesse pessoal. A região Nordeste possui grande importância histórica, cultural e econômica para o povo brasileiro. É a segunda região com maior população no Brasil e apresenta uma das menores taxas de IDH dentre as demais grandes regiões (IBGE, 2000). Ademais, foi o berço do primeiro ciclo econômico brasileiro, responsável por inserir o Brasil da época no Comércio Internacional, ainda que de forma mediada por Portugal. Contudo, devido ao processo de independência e transição ao capitalismo, sobretudo durante o ciclo econômico do café e período de industrialização que se iniciou nos anos 1930, houve centralização econômica, política e cultural na região Sudeste. Engendrou-se, então, uma divisão nacional do trabalho, sendo o Nordeste duplamente dependente nas suas relações econômicas, em relação ao centro-sul e aos países desenvolvidos. Esta divisão interna que se busca compreender melhor no decorrer deste artigo, dá-se através da transferência de recursos do Nordeste para o Centro-Sul do Brasil, seja na forma de migração ou em relações comerciais. Não obstante, a formação social e econômica produzida no eixo centro-sul do país, a partir das políticas de industrialização que se iniciaram na década de 1930, estimularam a

imigração de europeus e asiáticos, deixando de lado a população abundante nordestina, que continuou a conviver com estruturas semi feudais de produção.

O interesse na abordagem regional da economia brasileira, buscando entender seus diferentes desafios e características, surge da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que se torna uma importante formuladora de políticas públicas de industrialização regional. Neste órgão, os estudos liderados por Celso Furtado contrariam a falácia de que a economia e a indústria do Nordeste não se desenvolveram devido ao clima e geografia do local, reforçando sua dependência exportadora de produtos primários para a região sudeste e para o exterior. É nesse cenário que a China, ao estreitar laços diplomáticos com o Brasil, por interesses mútuos de aprofundar relações de comércio, passa a ser um importante consumidor de produtos primários nordestinos. Ademais, há interesses relacionados à estratégia daquele país de reeditar e ampliar a antiga “rota da seda” que estimulam a atração de investimentos diretos para a região.

Em função dessas novas condições, a hipótese deste artigo é de que a ascensão da China na economia global pode ampliar oportunidades comerciais e de investimentos na região Nordeste, pelas condições competitivas da região Nordeste tanto em relação às demais regiões brasileiras, quanto em relação ao comércio e produção internacionais. E isto independente da adoção de políticas neoliberais de abertura horizontal à entrada de capitais estrangeiros. Além disso, o aumento deste comércio possibilita uma maior geração de recursos públicos para os estados nordestinos, além de impulsionar setores econômicos com maior valor agregado.

A China ascende no comércio internacional com crescimento econômico médio acima de 10% até a crise do Subprime, em 2008. A partir dos anos 1990 e sobretudo depois da sua adesão à OMC, o país passa a ocupar o papel que era dos Estados Unidos e Europa em relação ao consumo de produtos brasileiros, dinamizando as relações comerciais com o Brasil e passando a receber investimentos do país asiático. O Nordeste também se beneficia dessa relação comercial, devido à sua localização estratégica no Atlântico, o que pode ser estratégico para a inserção brasileira no ambicioso projeto chinês da Nova Rota da Seda, que busca conectar economicamente a Ásia, Europa e África, visando aumentar o fluxo comercial entre os países.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A primeira trata da natureza da estrutura econômica do Nordeste. A segunda trata do processo de regionalização enquanto política pública. A terceira trata das perspectivas da região em razão da criação da Nova Rota da Seda e ao comércio da região com a China. Ao final, há uma síntese conclusiva.

A Composição da Estrutura Econômica Nordestina

O início

A região nordeste é vista na visão geral brasileira como um recanto quase “extra-Brasil”, a não ser em períodos de férias, onde os nove estados da região e suas praias paradisíacas ganham importância nacional, ou até mesmo no carnaval. Fora isto, a região é fortemente associada ao atraso econômico, ao clima semi árido do interior da região que provoca historicamente períodos longos de seca que dificultam ainda mais a vida do nordestino. Este panorama, em geral, não está completamente errado, porém é preciso entender o que levou a região mais importante das primeiras décadas do Brasil, que chegou a ser um grande pólo exportador de açúcar e materiais têxteis ao mundo, chegou à contemporaneidade no estado sócio-econômico atual.

Para entender isto, precisamos compreender os caminhos econômicos do Brasil que fez a estrutura produtiva sair da região nordeste caminho ao centro-sul, assim como o que fez o nordeste não conseguir gerar renda suficiente internamente para acompanhar as demais regiões do centro-sul em seus processos de industrialização.

Em *A Formação Econômica do Brasil* (1981), Caio Prado Júnior demonstra que o processo de ocupação do atual território brasileiro por não indígenas se deu através do que ele classificou como ciclos econômicos. O ciclo do Açúcar foi o primeiro e responsável pela formação econômica da região que viria a ser o nordeste brasileiro. Este ciclo tinha como peça fundamental o mercado externo, onde havia a maior parte dos seus consumidores. Além disso, a mão de obra era provinda essencialmente da escravidão de povos africanos. Outra característica importante de se ressaltar apresentada por Prado Jr. é que a economia do açúcar favorecia a acumulação de terras e de engenhos, assim, os latifúndios começam a surgir na região litorânea do nordeste, onde haveria solo mais propício para cultivo e condições climáticas mais amenas do que no interior. O interior nordestino, devido seus grandes espaços sem habitação, acabou recebendo a principal fonte de energia da formação do açúcar: o gado. Os engenhos precisavam necessariamente de tração animal para gerar a energia necessária na produção do açúcar.

Com o aumento da concorrência internacional da produção de açúcar e a queda dos preços internacionais, associados às secas que tornavam difíceis a criação extensiva

de gados, o ciclo econômico entra em seu declínio, tendo seu golpe final após a deposição da monarquia e formação da República do Brasil. O impacto social desse declínio foi extremamente importante para entendermos a estrutura nordestina e suas travas para o desenvolvimento sócio-econômico. Como a maioria da mão de obra era escrava, seja de indígenas ou africanos, após a tardia abolição da escravidão do território brasileiro, a estrutura econômica que era fundamentalmente sustentada pela relação entre latifundiários e escravos, chega ao “fim”. O reflexo disso é retratado do que aconteceu no pós abolição: a maior parte da população recebeu uma promessa de liberdade atrelada a uma falta de renda crônica pois seu trabalho era escravo, sem proteção do Estado, continuando sem acesso à terras devido à ausência de uma reforma agrária, sendo obrigados a continuar basicamente na mesma condição que já estavam, trabalhando muitas vezes na própria propriedade onde foi escravo ou migrando para outras regiões. Constitui-se assim, boa parte do abandono estatal e da miséria que se consolidou estruturalmente em território nordestino.

Com a perda do mercado externo, os produtores de açúcar tiveram que visar o consumo interno, especificamente das regiões sudeste e sul, já que estas vinham ganhando maior projeção nacional, num modelo econômico que permitiu maior geração de sua renda, o que possibilitou maior consumo. Porém, para o decadente mercado do açúcar nordestino, esta parcela de consumo ainda seria ínfima. A partir daí, a região nordeste se vê com seu principal setor econômico dependente do consumo do centro sul (insuficiente para a manutenção do setor). Além disso, São Paulo começa a investir bastante na produção de açúcar, diminuindo ainda mais o consumo do que sobrou da economia nordestina do açúcar. Como reflete Prado Jr.:

“A situação tornar-se-á catastrófica quando por efeito das crises sucessivas do café, São Paulo começará a aplicar suas atividades, em escala crescente, na produção do açúcar. Como consumidor que era, sua vantagem sobre outras regiões produtoras que tinham de exportar quase toda sua produção, era considerável. A produção paulista que no ano agrícola(junho a maio) de 1894-95 era de 96.000 sacas de 60 kg apenas, subirá em 1930-31 para mais de um milhão.” (PRADO JUNIOR, 1981, p. 185)

Neste momento nos perguntamos o porquê de São Paulo e demais estados da região sudeste terem conseguido lidar melhor com as crises de consumo externo em relação a economia da região nordeste. Ao contrário do que muitos afirmam de que a principal explicação seria o clima, Celso Furtado nos mostra que um dos fatores determinantes para essa flexibilidade econômica que surge no sudeste e não no nordeste é a mão de obra assalariada. Ao contrário do povoamento para mão de obra da região nordeste através da mão de obra escrava e portanto sem geração de renda para a população e alta concentração de terras, a principal mão de obra da economia do café se deu através do favorecimento da imigração de mão de obra assalariada e que ainda possuíam direito à compra de terras e mínima proteção por parte do estado, especialmente do estado de São Paulo. Assim, quando as crises do café surgiam, a região tinha a renda das famílias e consumo interno que poderia contar para o investimento em novos setores para subsistência e exportação. Também foi graças a este complexo econômico maior que gerava maior renda, consumo interno e consequentemente maior arrecadação do estado de São Paulo que possibilitou iniciativas industrializantes para a região assim como sua influência econômica e política nas demais regiões. (FURTADO, 1964 *apud* DINIZ, 2009)

A Industrialização seletiva

As relações econômicas desiguais entre nordeste e centro-sul, fortificadas após o declínio do ciclo do açúcar, se aprofundaram a partir do momento em que a decadente economia nordestina tem como seu último mercado de consumo considerável a região sudeste, na medida em que esta iria se industrializando graças ao seu consumo interno e incentivos federais. O volumoso capital gerado pelo setor econômico do café, as medidas protetivas e cambiais do Governo Federal que buscavam favorecer a exportação do café, uma vez que este já se tornara o principal produto de exportação brasileira e importante fator na balança comercial do país (FURTADO, 1964 *apud* DINIZ, 2009).

Furtado considera esta relação nordeste x centro-sul como a relação centro-periferia, de acordo com a visão cepalina, o que agrava a dependência do nordeste em

relação ao sudeste e até mesmo limitaria seu desenvolvimento através da deterioração dos termos de troca entre estas regiões inseridas na divisão nacional do trabalho. (FURTADO, 1964 *apud* DINIZ, 2009)

“Por um lado, os superávits comerciais do Nordeste com o exterior eram utilizados para financiar as importações da região Centro-Sul do Brasil, beneficiando esta última. O crescimento e a concentração industrial da região Centro-Sul, a política cambial protecionista e a manutenção de uma economia primária no Nordeste faziam com que este importasse bens industrializados do centro-sul a preços mais altos que os do exterior, e exportar matérias-primas e alimentos para este, Centro-Sul” (FURTADO, 1964 *apud* DINIZ, 2009, p. 238)

Desta forma, o discurso da “economia nacional” e do desenvolvimento da mesma, ficou cada vez mais atrelado às demandas industriais de São Paulo e demais estados do centro-sul (salvo algumas tentativas de industrialização da região nordeste que serão analisadas a seguir). Como a economia brasileira continuou baseada na exportação de bens primários e de pouco valor agregado, a economia do centro-sul/nacional que por si só são dependentes em grande medida da demanda externa através de sua inserção nas cadeias globais de produção, em crises globais de demanda tendem a sofrer grandes perdas. A região nordeste, portanto, perderia o dobro, já que se o centro-sul diminui sua geração de renda e desacelera sua indústria (devido a queda da arrecadação de divisas provocada pela diminuição da demanda do mercado externo) e importa menos a produção de bens primários da outra região. Isto atrelado à grande população com histórica falta de geração de renda e ao clima semiárido, tem impacto extremamente negativo na sociedade nordestina. Como resultado dessa distribuição desigual de renda no mesmo país, o nordeste constitui a mais extensa dentre as zonas de mais baixo desenvolvimento, ou mais agudamente subdesenvolvidas, de todo o Hemisfério Ocidental”. (FURTADO, 1959, p. 20)

Demonstração clara deste processo que culminou na concentração industrial e de capital no centro-sul, especialmente em São Paulo, é o primeiro censo completo das indústrias brasileiras, feito em 1907. Neste, percebeu-se que dos 3.258 estabelecimentos industriais mapeados, 33% estavam no então Distrito Federal(ainda

no Rio de Janeiro), 16% em São Paulo e 15% no Rio Grande do Sul. Porém, como ressaltava Prado Jr, em breve São Paulo já alcançaria o montante de 40% da produção industrial. (PRADO JUNIOR, 1981, p. 197)

É preciso levar em consideração que boa parte dos investimentos industriais em São Paulo se deram não através diretamente do Governo Federal mas de lucros obtidos pelos produtores de café ou por estrangeiros recém chegados no território brasileiro, que em momentos de crise do café como durante a primeira guerra mundial, buscavam investir em novos setores, como é o caso dos Matarazzo, Crespi, Jaffet etc. Porém, estes conseguiram acumular capital devido a medidas do Estado, seja nos incentivos financeiros na vinda de suas famílias para o Brasil, seja na sua chegada como trabalhadores livres (diferente da maioria da população brasileira que descendia de gerações de exploração escrava) ou até mesmo nas medidas cambiais e protetivas visando a exportação do café ou na geração de moeda devido a necessidade de se exportar bens duráveis para a recém gerada industrialização. De uma forma ou de outra, é possível perceber na própria descrição de Prado Jr.(1981) da formação histórica econômica do Brasil que boa parte da estrutura desigual e aprofundamento da mesma se dá através de escolhas político-econômicas privadas e do Estado a favorecer determinada região ou projeto em detrimento de outro. Isto ficará evidente na própria interferência do Estado brasileiro na crise financeira de 1929 que para diminuir o impacto desastroso da queda da bolsa de Nova Iorque na exportação brasileira e na deterioração da moeda nacional, utilizou grandes montantes dos cofres federais em socorro dos grandes produtores de café de São Paulo, assumindo os riscos por eles e dividindo a dívida entre os demais estados.

A Regionalização

A preocupação regional no aspecto econômico dos países só passou a ganhar maior importância no mundo com o aumento industrial nos países centrais, principalmente aqueles com grandes territórios, como os Estados Unidos e União Soviética, sendo este último responsável pelo primeiro planejamento regional, através do seu Plano de Eletrificação Nacional em 1925. O assunto da regionalização e seus impactos regionais começam a ter maior centralidade nos debates teóricos sobre

desenvolvimento econômico a partir da crise gerada em 1929, através do que ficou conhecido como a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, que provocou uma grande recessão na economia mundial e consequentemente provocou o aprofundamento das desigualdades regionais em países industrializados. A diferença no impacto dessa crise entre regiões primário exportadoras (como é o caso do Nordeste) e as regiões industrializadas demonstrou as desigualdades estruturais dentro dos próprios países. Neste momento, há uma mudança na percepção do papel do Estado no bem estar da população, este movimento é fortalecido pelo keynesianismo que defende a maior participação do Estado na formulação econômica e na geração de renda/emprego. (DINIZ, 2009)

Logo, países centrais do capitalismo começaram a nutrir planejamentos econômicos variados que buscavam equalizar a competição entre suas regiões e diminuir a desigualdade interna crescente. Os Estados Unidos, através do *New Deal*, criam a AVT (Autoridade do Vale do Tennessee) em 1933 que buscou desenvolver uma série de construções buscando otimizar a infraestrutura, como por exemplo: usinas hidrelétricas, modernização da agricultura, programas de irrigação, transporte ferroviário etc, a fim de tornar os seis estados envolvidos nesta região mais competitivos com as demais regiões do país.

Inglaterra, França, Itália, México, Argentina e Venezuela também criaram planos com o mesmo objetivo, sendo o da Itália muito parecido com o que foi desenvolvido no Brasil para fomentar o desenvolvimento da região nordeste através da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Este plano se deu através da introdução de incentivos fiscais que barateiam a formação de capital e de produção para atrair indústrias para a região, porém, demonstrou-se que essas regiões da “periferia interna” ainda não tinham competitividade com a região hegemônica. Além disso, houve uma concentração de investimentos industriais apenas em três dos nove estados nordestinos: Bahia, Pernambuco e Ceará. (DINIZ, 2009)

Mesmo com as iniciativas do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek(1956-1971) e através das tentativas da SUDENE de levar desenvolvimento industrial de base para a região, houve uma grande resistência da oligarquia econômica e política nordestina que dominavam a região, que dificultou a implementação das

medidas do órgão. A diferença na renda per capita nordestina ainda era muito menor que a do centro-sul .(SANTOS, 2019)

Tabela 1: RENDA DAS PRINCIPAIS REGIÕES DO PAÍS (1956) - (milhões de US\$)

REGIÃO	RENDA TOTAL	RENDA PER CAPITA
Norte	440,90	111,00
Nordeste	1.802,50	96,00
Centro-Sul	11.232,80	303,00
Brasil	13.476,20	224,00

Fonte: (SANTOS, p. 9, 2019 *apud* VERAS, p. 135, 1993, p. 135)

Como podemos ver, já havia a percepção da enorme desigualdade de renda per capita entre o Nordeste e o Centro-Sul. A disparidade era maior que a diferença centro-periferia da média dos países da Europa Ocidental. Esta disparidade de renda é um motivo da dificuldade em se criar mercado interno, aumentando o consumo e consequentemente aumentando a arrecadação fiscal dos estados o que possibilitaria uma possível melhora nos serviços básicos públicos, como saneamento básico, água potável, rodovias, energia e outros problemas estruturais que perpetuaram na segunda região mais populosa do país por tanto tempo, que consolidava a dificuldade de se criar indústrias na região, afinal faltava o básico. (SANTOS, 2019)

A SUDENE como, na época, um importante órgão que produziu estratégias econômicas e sociais regionalistas, buscando solucionar históricas limitações do desenvolvimento nordestino, se viu sufocada quando no golpe militar de 1964, seu idealizador e principal representante, Celso Furtado, teve seus direitos cassados e foi exilado do país. Assim, a ideia de desenvolvimento econômico nacional que integrasse as diferenças estruturais regionais, passaram a ser centralizada na cúpula militar. (SANTOS, 2019 *apud* Carvalho, 2001)

A partir da década de 1970, o Nordeste começa a receber investimentos privados de indústrias da região centro-sul, a fim de desenvolver naquela região uma economia industrial complementar ao Centro-Sul. Neste período de 1970 e 1980 houve uma maior participação do Nordeste no PIB brasileiro, mas ainda assim um crescimento tímido. (SANTOS, 2019)

Tabela 2: PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO PIB (1970/1985) - (%)

Região	Período			
	1970	1975	1980	1985
Norte	2,20	2,10	3,30	4,10
Nordeste	11,70	11,10	12,00	13,70
Sudeste	65,60	64,80	62,30	59,10
Sul	16,70	17,90	17,00	17,10
Centro-Sul	3,90	4,10	5,40	6,00

Fonte: (SANTOS, 2019) apud Carvalho (2001, p. 78)

Os Planos de Nacional Desenvolvimento dos governos militares deram continuidade à ideia de industrialização de base da região Nordeste, assim como a SUDENE proponha e foram responsáveis pela criação de alguns pólos industriais na região, como:

“...o Complexo Petroquímico de Camaçari (Bahia), o Complexo do Cloroquímico de Alagoas, o Complexo Industrial de Suape (Pernambuco), o Polo Siderúrgico do Maranhão, o Complexo Industrial de Base de Sergipe, o Complexo Agroindustrial do Médio São Francisco (Petrolina/Juazeiro), o Polo de Fruticultura Irrigada do Vale do Açu (Rio Grande do Norte) e Polos Turísticos”. (SANTOS, 2019 apud SENRA, 2009)

A economia nordestina começava a ganhar um pequeno impulso, que logo se viu encurralado pela ascensão do que ficou conhecido como política econômica neoliberal que buscava diminuir cada vez mais o papel e interferência do Estado na economia, indo contra o que vinha sendo gerado e encabeçado por Celso Furtado e até setores do governo militar. Passou-se a acreditar que a livre concorrência entre os estados da federação seria o caminho para se conseguir investimentos industriais de investidores externos com a mínima participação do Estado. Assim, os estados da

região Nordeste passaram a dar cada vez mais incentivos fiscais e abrir mão de arrecadação a fim de tentar atrair investimentos. O resultado foi o próprio aprofundamento da desigualdade regional.

Mesmo com mudança política no país e a criação da Constituição Cidadã que previa em seu texto a redução das desigualdades sociais e regionais, chegando a criar o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), não foi o suficiente para dar mais competitividade à economia nordestina. Ao contrário, com o apogeu do discurso econômico neoliberal da década de 1990, aprofundou-se a nova estagnação da indústria nordestina. Finalmente, em 2001, a SUDENE seria oficialmente extinta. As concepções estratégicas de desenvolvimento regional passaram a ser produzidas e conduzidas pelo Banco do Nordeste, principalmente através da criação de linhas de crédito.(SANTOS, 2019)

Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, a política regional de desenvolvimento e o papel do Estado mais atuante na economia voltam à centralidade do debate econômico nacional. Em 2003, surge o Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que buscava investir no fortalecimento do setor produtivo local. Mesmo com a SUDENE sendo recriada, esta não tinha mais a premissa de formular e executar planos de desenvolvimento regional. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a priorizar linhas de crédito para investimentos relacionados à infraestrutura e capacidade produtiva, visando dinamizar o setor produtivo nacional. Porém, não houve mudança significativa na participação industrial nordestina no PIB nacional, que saiu de 11,6% em 2003 para 12% em 2010, enquanto o Sudeste passou de 55,8% em 2003 para 58% em 2010. (SANTOS, p. 17 2019)

O Governo Lula, apesar de ter sido exemplar no combate à miséria e a maior distribuição de renda através de transferência direta, não conseguiu mudar a estrutura de dupla exploração sofrida pela região Nordeste, externa e interna. Estas políticas de apenas aumentar o consumo das famílias e pessoal, na verdade acabou por favorecer a economia do Centro-Sul, de onde veio parte do aumento do consumo nordestino. (Diniz, 2009)

O Dragão Asiático - A China como uma oportunidade

Aproximação Diplomática

A partir da Revolução Chinesa, com a ascensão de Mao Tsé Tung em 1949, o Brasil passa a não reconhecer mais o governo da China continental como representante legítimo do povo chinês. Durante muito tempo, a maior parte dos países ocidentais reconheciam apenas o governo de Taiwan. Isto dificultou por muito tempo a aproximação diplomática e econômica entre Brasil e China. Contudo, após os Estados Unidos reconhecerem o governo oficial sendo o da China continental, os países aos poucos foram seguindo esta onda e o Brasil reatou laços oficiais com Pequim em 15 de agosto de 1974. (OLIVEIRA, 2004)

Até a década de 1990 as relações entre estes países ainda eram tímidas em relação ao aprofundamento que ocorreu a partir daí. Com o fim da ditadura militar no Brasil, as relações comerciais entre os países se aprofundaram, a partir do interesse brasileiro em diversificar seus parceiros comerciais, ao ponto do próprio presidente Itamar Franco, em 1993, ter declarado a Ásia como prioridade da diplomacia brasileira devido a importância que países como China, Japão e Coreia do Sul vinham tendo nos campos científico e tecnológico, além de serem grandes mercados em potencial para exportação de produtos brasileiros. Com a ascensão do governo Lula e sua agenda econômica e política Sul x Sul que busca aproximar os países do considerado “Sul Global” (países em desenvolvimento) encontrou na China uma parceria estratégica tanto nos fóruns multilaterais nas organizações internacionais, quanto na economia. (OLIVEIRA, 2004)

O mercado de exportações brasileiro é, tradicionalmente, de produtos primários, em grande parte, agrícolas. A própria economia das regiões brasileiras possuem uma grande parte de suas exportações sendo produtos primários. Os principais consumidores destes produtos, sempre foram em maior parte, países da Europa Ocidental (atualmente enquanto bloco União Européia) e Estados Unidos.

Sendo o país mais populoso do mundo, a China surge ao lado de outros países asiáticos e do considerado Sul global, como uma possibilidade de expansão e diversificação dos principais produtos brasileiro. Entretanto, o que faz da China única é seu constante crescimento econômico e de consumo mundial desde de a década de 1990. Assim, mesmo quando houve a crise de subprime em 2008, que afetou principalmente países do centro industrial do mundo e sua capacidade de consumo (o que fez cair em 30% o valor o preço das commodities), diminuiu as exportações brasileiras para estes países. Enquanto isto, a China passaria a ser em 2009 o principal comprador dos produtos brasileiros (lugar que pertencia aos Estados Unidos). (MELO, 2013)

Assim como o Brasil, a Região Nordeste tem seu setor exportador fortemente influenciado pela ascensão chinesa no comércio mundial, favorecendo principalmente grandes exportadores da região como o estado do Maranhão e Bahia, enquanto para os estados do Ceará, Bahia, Pernambuco e Paraíba passou a ser um importante fornecedor de insumos industriais. Vale ressaltar que as exportações nordestinas passaram a ganhar impulso entre 2003 e 2005, com incremento em 30% em relação aos anos anteriores o que possibilitou que a região encerra o ciclo de saldo negativo em sua balança comercial que se estendia desde 1996, passando a ganhar trajetória ascendente a partir de 2003 (enquanto região, puxados principalmente pela Bahia). Já em 2010 a China passou a representar a segunda posição no ranking de países compradores da Região Nordeste.

Tabela 3: Nordeste: Principais Destinos de 2010 (%):

Ranking	País	2008	2009	2010
1	Estados Unidos	20,41	16,89	15,34
2	China	7,36	11,71	11,25
3	Argentina	9,25	8,32	9,62
4	Holanda	11,98	8,05	6,17
5	Itália	4,37	3,09	3,96
6	Japão	2,45	1,67	3,95
7	Espanha	2,66	2,59	3,32
8	Antilhas Holandesas	0,38	2,60	3,27
9	Alemanha	4,32	3,76	3,21
10	Reino Unido	2,47	3,29	3,11
11	Federação da Rússia	1,80	2,87	2,63
12	Coreia do Sul	0,79	1,98	2,29
13	México	3,25	2,19	2,20
14	Portugal	0,77	1,46	2,05
15	Bélgica	2,26	2,02	1,86
16	Colômbia	1,11	1,48	1,74
17	Venezuela	1,72	2,28	1,72
18	Canadá	1,05	1,38	1,69
19	Provisão de navios e aeronaves	1,54	1,36	1,52
20	França	2,09	1,96	1,37
21	Demais países	18,40	19,02	17,73

Fonte: (MELO, 2013).

O Comércio exterior da região nordeste, se beneficiou bastante com a ascensão chinesa, porém, passa pelo mesmo problema que o Brasil como um todo passa: o “efeito primarização”. Onde a pauta exportadora da região é composta fundamentalmente por *commodities* minerais e agrícolas.

**Tabela 4: Nordeste: Principais Setores Exportadores para a China em 2010
(2002-2010) (CS):**

NCM	Setores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
47	Pastas de madeira	0,4472	0,3207	0,2784	0,2341	0,2611	0,1460	0,3203	0,3455	0,2995
26	Minérios, escórias e cinzas	0,0000	0,0167	0,1799	0,1873	0,1920	0,2083	0,2545	0,0129	0,2457
12	Sementes e frutos oleaginosos	0,1985	0,1170	0,0992	0,2758	0,2841	0,2069	0,2565	0,2301	0,1625
74	Cobre e suas obras	0,0049	0,0601	0,0435	0,0148	0,0566	0,2337	0,0457	0,2063	0,1253
29	Produtos químicos orgânicos	0,0715	0,1131	0,1359	0,0535	0,0539	0,0886	0,0381	0,0426	0,0461
52	Algodão	0,0026	0,0127	0,0104	0,0581	0,0154	0,0237	0,0132	0,0226	0,0347
	Total	0,7247	0,6403	0,7473	0,8237	0,8630	0,9071	0,9283	0,8600	0,9139

Fonte: (MELO, 2013).

Isto não é novidade na economia nordestina que sempre foi marcada pela exportação de produtos primários. Neste caso, a China destaca-se pois surge como uma alternativa do consumo interno e aumenta a capacidade dos estados em gerar mais divisas internacionais para a compra de insumos industriais. Dito isto, é possível perceber que o que vem acontecendo no Nordeste é em geral o que vem acontecendo no resto do Brasil, uma forte especialização primária e os investimentos industriais surgem para melhorar a produção destes mesmos insumos primários visando a exportação.

A situação de dependência econômica e de transferência de renda pelo Governo Federal não vai se modificar apenas com maior volume do comércio internacional da região. Como diagnosticado por Furtado ainda durante a CEPAL, é preciso a presença forte do Estado nacional e até mesmo dos estados nordestinos para, juntos, conseguirem investirem nas soluções para as mazelas sociais citadas, na diversificação dos setores produtivos e em um forte investimento educacional na região, gerando tecnologia e ciência na própria região e assim qualificando a mão de obra nordestina.

Veremos que a China surge como um forte parceiro econômico e esta parceria pode estar além das transações comerciais, relacionando-se, também, aos investimentos diretos em infraestrutura para a região. Além de criar uma possibilidade para os estados, junto à iniciativa privada, focalizar estes investimentos em infraestrutura a fim de solucionar gargalos históricos da região.

Possibilidades para o Nordeste

Um dos principais focos do investimento chinês no Nordeste está relacionado ao potencial energético da região em produção de energias limpas, como a eólica, por exemplo. A China vem investindo pesadamente no setor energético brasileiro, e o Nordeste também lucra com isto por ter um grande potencial em energia eólica e solar. (WEITONG, 2020)

O Ceará anunciou em 2020, através do seu Secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Estado, que a empresa chinesa Mingyang irá investir inicialmente cerca de 300 milhões de reais na construção de uma fábrica de aerogeradores no estado com expectativa de criar 2 mil empregos. Este projeto visa consolidar a produção cearense de geração de energia eólica no mar. (QUINTELA, SAMUEL 2020)

Também foi em Fortaleza, capital do Ceará, onde foi assinado o acordo oficializando a criação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS que busca garantir investimento em países em desenvolvimento. Nesta cidade está localizado, também, outro importante investimento chinês de US \$130 milhões na instalação de um cabo submarino que liga Fortaleza à cidade de Kribi, no Camarões. (VARELA, 2018)

Outros estados da região também contam com o aumento recente de investimentos chineses em infraestrutura, como Sergipe com a instalação do Parque Eólico Barra dos Coqueiros em 2013, se tornando um marco na produção energética renovável no estado. Outro estado que vem recebendo bastante investimento chinês, é o Piauí que com investimentos da CGN Energias, instalou em Nova Olinda, a maior usina solar em operação da América Latina, além de ter sido convidado oficialmente em 2019 a enviar uma delegação para a *GRI China-Latam Infra Summit & Week*, sendo esta a mais renomada reunião sobre infraestrutura entre lideranças chinesas e da América Latina (WEITONG, 2020).

Empresas chinesas começam a ocupar cada vez mais o papel de investidoras no mercado brasileiro de produção energética. Exemplo disto foi o investimento recente de US \$10 bilhões da *China Three Gorges* na aquisição das hidrelétricas de Ilha Solteira e Japuri, e outras duas hidrelétricas da construtora Triunfo e na compra da empresa Duke Energy do Brasil. Dito isso, é possível perceber o grande interesse chinês em investimentos de energia renovável no Brasil e no Nordeste, especificamente, tanto pela abundância de dias ensolarados quanto pelo próprio mercado interno da região. (TANG, 2017)

Nova Rota da Seda

A Nova Rota da Seda é um projeto ambicioso chinês, lançado em 2013, que visa mudar o fluxo comercial mundial, aumentando a interconexão de infraestrutura terrestre entre o continente europeu e asiático, somando às rotas marítimas globais. Apesar de não fazer parte da histórica Rota da Seda, a América Latina não está longe da mira da China na inclusão desta região neste grande projeto que busca criar uma infraestrutura mundial que dê maior efetividade ao comércio mundial, afinal, os investimentos recentes da China em países desta região vem deixando isso bem explícito.

Além de ser um grande mercado consumidor dos produtos manufaturados chineses, esta região do Atlântico Sul também é visto pela China geopoliticamente como uma oportunidade de expandir sua influência para uma região que historicamente esteve alinhada politicamente e economicamente com as principais potências ocidentais, sejam as européias ou os Estados Unidos.

O Nordeste brasileiro possui uma posição geográfica privilegiada e muito importante geopoliticamente por estar no centro do Atlântico, próximo à Europa, África, Caribe e América do Norte. Esta posição vem sendo reforçada desde a Segunda Guerra Mundial, em que os EUA instalaram bases na região para controlar os suprimentos e comércio que passavam pelo Atlântico (DUARTE, 2016).

Um desafio que tanto o Nordeste brasileiro, quanto outras regiões importantes para o fluxo comercial do Atlântico sofrem, é sua deficiência em infraestrutura, por isso a China surge neste cenário como um importante investidor na região para melhorar a logística operacional da economia da região.

“a tendência de crescimento das relações econômicas entre a China e América Latina requer, para ser bem-sucedida, a modernização do sistema portuário na região, acompanhada de uma maior eficiência na interoperabilidade entre aquele e as outras vias (férreas, aéreas, e rodoviárias), para que as mercadorias em trânsito cheguem com maior celeridade ao seu destino.” (DUARTE, p. 105, 2016)

O Nordeste possui portos que são extremamente estratégicos para o comércio do Atlântico Sul, seja pela sua proximidade de países africanos em ascensão econômica como a Nigéria, seja pela proximidade do Canal do Panamá que liga o Atlântico ao Pacífico, sendo um dos principais pontos que facilitam o aprofundamento econômico

dos países asiáticos como China, Japão, Coréia do Sul e Índia aos países banhado pelo Atlântico Sul (DUARTE, 2016).

O estado do Ceará, ao perceber a importância geográfica do seu estado, começou a construção do Porto do Pecém em 2002, vindo a se tornar o Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Este Complexo conta atualmente com um terminal portuário, uma siderúrgica, uma zona de processamento de exportação, uma área reservada para uma refinaria, duas usinas termelétricas e proximidade com rodovias que ligam o Nordeste e o resto do Brasil. Este porto chega a ser um dos mais estratégicos do mundo pois está no meio do Atlântico e é o porto de águas profundas naturais mais próximo do Canal do Panamá. Além disso, fica próximo aos EUA e Europa (AZENHA; PEQUENO, 2016), como mostra a Figura abaixo:

Figura 1 - Localização do Complexo Industrial do Pecém



Fonte: Polo Multimodal Pecém Investimentos S.A. (2021).

A economia chinesa, em constante crescimento desde a década de 1990 possui um importante gargalo: a demanda energética. Dessa forma, o Estado Chinês busca em parceiros estratégicos como Rússia, Brasil e demais países com grande produção de petróleo, uma parceria que permita ao país a segurança energética necessária para seu consumo interno.

“Do ponto de vista energético, o Atlântico Sul é, para a China, mais uma peça-chave na sua estratégia de securitização do aprovisionamento energético, à

semelhança de outras regiões do mundo, como o Médio Oriente, ou a Ásia Central. Todavia, é no Atlântico Sul – onde estudos recentes apontam para a descoberta de fontes energéticas promissoras – que estão situados alguns dos fornecedores de petróleo mais importantes para a China, como Angola, Nigéria, Guiné Equatorial, República do Congo e Sudão, além de outros abastecedores menos relevantes, mas onde, apesar de tudo, Pequim tem vindo a aumentar os seus investimentos, como o Gana, a Libéria, ou o Gabão. Do lado latino-americano, é a Venezuela que colhe a maior parte dos investimentos chineses destinados à América Latina. Todavia, o Brasil e a Argentina também são importantes parceiros energéticos da China.” (DUARTE, 2016)

Assim, é possível perceber que o Brasil e a região Nordeste, especificamente, possuem papel relevante no projeto chinês da Rota da Seda no que se refere ao aumento do fluxo comercial internacional, sua posição geográfica no centro do Atlântico, sua proximidade dos principais exportadores de petróleo para a China e a exportação crescente de soja e outras *commodities* brasileiras para a China. (DUARTE, 2016)

O vácuo existente durante séculos no investimento em infraestrutura na região Nordeste que viabilizasse seu comércio interno e revivesse seu comércio exterior, passa a ter um novo fôlego com a maior participação da China no Comércio Internacional. Surgindo aí, possibilidades de se criar planos de industrialização e aumento da renda regional através da geração de empregos na região entre os estados nordestinos e o Governo Federal.

Considerações Finais

O Nordeste brasileiro, responsável pelo primeiro ciclo econômico do país, local da primeira capital e centro político até o estabelecimento da família real portuguesa no Rio de Janeiro, se vê perante a um abandono das estruturas econômicas imperiais e posteriormente federais. Passa a ser observado apenas como uma região seca, pobre, destinada ao não desenvolvimento econômico devido ao clima e como fonte de trabalho barato para as demais regiões.

O declínio desta região se consolidou na ascensão do café e no início do processo de industrialização da região Sudeste e Sul. E mesmo com a criação de indústrias, a mão de obra escolhida e incentivada com capital estadual e federal, foi de imigrantes europeus que chegaram já com benefícios que a grande maioria da população nordestina, refletindo a herança do sistema escravista que durou quase três séculos, nunca possuiu, como a facilitação ao acesso a compra de terra. A população nordestina que passou a migrar em grandes volumes para a região Norte e Nordeste do Brasil, continuaram a trabalhar em setores de baixa remuneração e sem qualificação técnica. Isto atrelado à falta de investimentos federais no Nordeste, cria uma deficiência estrutural na região que se vê limitada na geração de mão de obra qualificada através do ensino superior.

A melhora na renda da população nordestinas durante os governos Lula, entre 2003 e 2010, conseguiram alcançar níveis maiores que os das décadas passadas, aumento o fornecimento de luz e o acesso da população ao saneamento básico, porém não foi o suficiente para criar uma rede industrial e de geração de emprego na região, de forma que a renda gerada nesse período se perpetuasse sem a necessidade de transferência de renda direta do Governo Federal através de um programa assistencial que poderia ter vindo junto a um plano federal de desenvolvimento e emancipação social e econômica da região Nordeste.

Com a economia da região Nordeste sendo fortemente dependente de investimentos e consumo do Sul-Sudeste e uma dupla dependência em relação ao mercado internacional de *commodities*, a China surge a partir da primeira década do milênio como uma alternativa ao consumo de produtos nordestinos e uma importante fonte de investimentos na região. Seja investimento em energia eólica, seja na infraestrutura da região, conseguindo gerar empregos em todos os nove estados da região e proporcionando uma oportunidade para a inserção do Brasil no projeto chinês da Nova Rota da Seda.

Vale ressaltar que para ocorrerem mudanças estruturais na região, é preciso muito mais do que mero aumento no fluxo comercial ou investimentos estrangeiros, até porque, esses servem aos seus próprios interesses. É necessário maior participação dos estados nordestinos no planejamento econômico da região e na própria solução dos

gargalos existentes na região, de forma conjunta e cooperativa, não sendo saudável economicamente a guerra fiscal que vem acontecendo nas últimas décadas entre os estados nordestinos por investimentos pois assim eles aumentam ainda mais a desigualdade entre os estados do Centro-Sul em relação aos Nordestinos já que teria ainda menos recurso público para a minimização dos gargalos sociais e de infraestrutura da região. Junto a isto, o Governo Federal precisa possuir um Planejamento Nacional de Desenvolvimento, entendendo as desigualdades regionais e não colocando elas para lutarem entre si por investimentos.

A questão regional não é apenas sobre desenvolvimento econômico, mas também sobre a própria integridade da federação. Países como Estados Unidos, Rússia e China que possuem grande extensão territorial, buscaram sanar ou diminuir as desigualdades regionais para manter a própria federação nacional e evitar separatismo de regiões que se veem “subordinadas” por outras. O Brasil muitas vezes aprofundou estas desigualdades e enfraqueceu tentativas de se industrializar a região, como o enfraquecimento da SUDENE e seu esvaziamento.

É importante perceber que os próprios estados da região nordeste vem se relacionando de forma mais cooperativa, prova disto é a criação do Consórcio do Nordeste, composto pelos 9 governadores e criado em 2019, busca ser uma ferramenta para atrair investimentos e construir projetos para a região, além do planejamento e integração da região através de políticas públicas (MAIA, 2019)

Esta inserção internacional deve ser através de um Plano de Desenvolvimento, abrangendo as necessidades e características dos estados que compõem a região. Desta forma, entende-se que é papel do Estado brasileiro diminuir a condição de subordinação econômica e social que as populações desses estados vivem em relação à estados mais ao sul, assim como criar oportunidades de desenvolvimento econômicos a fim de criar empregos qualificados na região e levar investimentos para a mesma, promovendo uma mudança na estrutura social e de qualidade de vida para a região

Bibliografia

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 364 p. 26 v.

SANTOS, Fabiane dos (org.). **Geografia no Século XXI**. Belo Horizonte: Poisson, 2019. 167 p. (3). Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Adeildo_Silva/publication/335585930_Monitoramento_da_poluicao_atmosferica_urbana_A_relacao_entre_as_concentracoes_de_CO2_e_temperatura_do_ar_na_Avenida_Treze_de_Maio_Fortaleza_-_CE/links/5e05139b92851c83649dd49c/Monitoramento-da-poluicao-atmosferica-urbana-A-relacao-entre-as-concentracoes-de-CO2-e-temperatura-do-ar-na-Avenida-Treze-de-Maio-Fortaleza-CE.pdf#page=7. Acesso em: 05 nov. 2020.

DUARTE, Paulo. As Incursões da China na América Latina e Atlântico Sul. **Brazilian Journal Of International Relations**, São Paulo, v. 1, p. 98-123, 15 jan. 2016. Quadrimestral.

WEITONG, Shao. **A Promissora Cooperação Econômica e Comercial entre China e Nordeste do Brasil tem muito mais para expandir**. Revista Nordeste, João Pessoa, 2020.

AZENHA, Catia; PEQUENO, Luis Renato Bezerra. O PORTO DO PECÉM – CE E AS SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL: DEFINIÇÃO DE UMA HINTERLÂNDIA. **Geo Uerj: O PORTO DO PECÉM – CE E AS SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL: DEFINIÇÃO DE UMA HINTERLÂNDIA**, [s. l], p. 44-62, 2016. Semestral.

MAIA, Samantha. **Consórcio do Nordeste: entenda o que é a iniciativa**. 2019. Disponível em: <https://iree.org.br/consorcio-nordeste-entenda-o-que-e-a-iniciativa/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, p. 227-249, 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1964.

SAMUEL QUINTELA (Fortaleza). Diário do Nordeste. **Chineses devem investir até R\$ 400 mi em nova fábrica de geradores**. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/chineses-devem-investir-ate-r-400-mi-em-nova-fabrica-de-geradores-1.2987148>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MELO, Maria Cristina Pereira de. Comércio Exterior da Região Nordeste na Esteira do “Efeito China”. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 2, p. 453-474, abr. 2013. Trimestral.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 47, n. 1, p. 7-30, jun. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292004000100002>.

TANG, Charles. **INVESTIMENTOS CHINESES NO SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO: OPORTUNIDADES PARA O BRASIL**. 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19276/Coluna%20Opinia%20Agosto%20-%20Charles%20Tang.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov. 2020.